

# Semana é decisiva para dívida latina

A semana que vem será decisiva quanto à nova estratégia para a renegociação da dívida externa dos Países sul-americanos, agora que tem um ingrediente novo: a moratória boliviana, decretada quarta-feira contra os bancos estrangeiros. O porta-voz do Itamarati, Bernardo Pericás, garantiu ontem que a reunião do recém formado "clube" de devedores (Brasil, Argentina, Colômbia e México) não será em Bogotá, porque os colombianos vivem hoje problemas graves, com o governo de Belisário Betancur travando uma guerra sem quartéis com os traficantes de cocaína. As datas do encontro, previamente marcadas para 14 e 15 próximos, também não foram confirmadas por Pericás. O que está certo é que o encontro acontecerá. Onde e quando é que falta confirmar.

Quanto ao Brasil, especificamente, a semana que vem será decisiva para definir a estratégia e o tom de sua participação nesse encontro. A volta do presidente Figueiredo e sua comitiva, ontem, depois da peregrinação ao Oriente, será fundamental para injetar um sentido a essa reunião, uma vez que o tema ficou dormindo em Brasília desde a sua viagem. Mais importante é que Figueiredo recebeu um aceno positivo do secretário-geral do PC chinês, Deng Xiaoping, na sua cruzada de condenação da elevação das taxas de juros internacionais e do protecionismo dos países ricos.

As entrevistas do ministro da Fazenda, Ernane Galvão, no Brasil, na quinta, e do chanceler Saraiva Guerreiro, também na quinta, só que nos EUA, dão a medida certa das definições que devem ser feitas, na próxima semana.

Galvão praticamente comprovou o que a imprensa vem falando há dias: a declaração conjunta divulgada pelo Itamarati, no dia 19, subscrita pela Colômbia, Argentina e México, foi redigida sem que as autoridades da área econômica (o presidente do Banco Central, Affonso Pastore; o ministro do Planejamento, Delfim Netto; e Ernane Galvão, da Fazenda) tivessem tomado conhecimento prévio de seu conteúdo.

Sendo assim, também não foram consultados. Traduzindo: o presidente Figueiredo, cuja falta de conhecimento mais profundo de economia é patente, cuidou de alçar o Itamarati ao topo da negociação política (e diplomática) da dívida externa. Pode ser também que o presidente Figueiredo tenha traçado novos foros de renegociação da dívida de US\$ 100 bilhões, nos seguintes termos: a área econômica, de conhecimentos pós-graduados em economia e contabilidade, continua cuidando dos pagamentos e da contratação de novos empréstimos, missão que lhe cabe por natureza, enquanto o presidente da República e o Itamarati cuidam da parte política da coisa, e, no final, ninguém fica marginalizado. Um é o soneto e o outro é o verso.

Não que o verso fique desmoralizado, aí se entende sendo Delfim, Galvão e Pastore, mas o que estava faltando antes era o soneto, que permanecia omisso, não manifestava a beleza da oratória e o seu tom. A não ser quando, em 1982, durante o conhecido "setembro negro", o presidente Figueiredo discursou na abertura da Assembleia-Geral da ONU em defesa de uma nova ordem internacional, ordem — diga-se de passagem — bastante desvantajosa para os Países pobres, construída em 1944, data de nascimento do Fundo Monetário Internacional, e do padrão dólar-ouro. A coisa ficou pior quando Nixon rompeu o casamento da moeda norte-americana com a "reliquia bárbara" de Keynes (brilhante economista inglês), deixando o dólar flutuar conforme a música e os nervos do poderoso Federal Reserve Board (Fed), o banco central dos Estados Unidos.

Depois do "setembro negro" (1982), o País tem um "maio marrom" (1984), com a "prime rate" subindo dos onze para 12,5 por cento. Foi muito longe essa taxa, porque o Brasil fez suas contas internas e externas na crença de que não pularia além dos 10,5 por cento. Diante de um quadro tão pitoresco, — com a "prime" ameaçando subir mais —, foi preciso Figueiredo tomar as rédeas da negociação política da dívida externa, assinando uma declaração conjunta com Alfonsín, de la Madrid e Betancur.

Um alto assessor de Delfim Netto, que tem conversas com a chefe da Divisão do Atlântico Sul do FMI, Ana Maria Jul, todas as vezes que ela vem realizar inspeção nas contas brasileiras, disse que os ministros da área econômica não terão muito o que fazer nesta reunião dos devedores (ainda sem local e datas definidas), porque o encontro será meramente político. Nem tanto, talvez, porque Ernane Galvão, a priori, está escalado para viajar, dependendo apenas de um sinal do "técnico", o presidente Figueiredo. Ele, que agora assumiu a chefia do "banco", que cuida de escalar o time que entra em campo.